

Net-ativismo e plataformas digitais em contexto pandêmico no Brasil

Bruno Madureira Ferreira¹, Rita Nardy², Matheus Soares Cruz³ e Massimo Di Felice⁴

Resumo

O presente artigo pretende realizar uma análise inicial do papel desempenhado pelas plataformas digitais no enfrentamento à Covid-19 em comunidades periféricas do Brasil em um contexto de disputas de narrativas e ausências de ações e diretrizes governamentais coordenadas. A partir da discussão sobre “net-ativismo” e plataformização, buscou-se compreender como as plataformas, junto às infraestruturas existentes pré-pandemia, auxiliaram nas mobilizações coletivas e auto-organizadas contra o novo coronavírus, possibilitando a constituição de formas de participação e de ativismo com a colaboração entre entidades humanas e não-humanas de maneira alternativa às ações estatais. Para isso, a pesquisa centrou-se no estudo de caso de dois ecossistemas formados pela sociedade civil nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (primeiras cidades no país a registrarem casos da infecção do vírus): a campanha “Maré diz NÃO ao Coronavírus”, iniciativa da Redes da Maré, no Rio de Janeiro, e as articulações das comunidades paulistas de Paraisópolis e Heliópolis. A análise ocorreu nos meses de abril e junho de 2020, por meio do acesso às plataformas públicas de cada experiência e o cruzamento de dados secundários, como materiais de comunicação e divulgação, as redes sociais dos projetos e matérias jornalísticas sobre as iniciativas. Com isso, identificamos que essas experiências, com o auxílio das tecnologias e plataformas digitais, foram capazes de desenvolver trabalhos em frentes como monitoramento do índice de contágio e isolamento da população, criação de redes de arrecadação e distribuição de alimentos, disseminação de informações sobre a Covid-19, entre outras.

Palavras-chave

Net-Ativismo; Plataformização; Covid-19; Plataformas digitais; Ação Comunitária.

¹ Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Pesquisador do Centro Internacional de Pesquisa Atopos/USP. E-mail: bmferreira.researcher@gmail.com.

² Doutoranda em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Pesquisadora do Centro Internacional de Pesquisa Atopos/USP. E-mail: ritanardy@gmail.com.

³ Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Pesquisador integrante do Centro Internacional de Pesquisa Atopos/USP. E-mail: mthsoares1993@gmail.com.

⁴ Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Professor livre-docente da ECA/USP. Coordenador do Centro Internacional de Pesquisa Atopos/USP. E-mail: massimo@usp.br.

Net-activism and digital platforms in a pandemic context in Brazil

Bruno Madureira Ferreira¹, Rita Nardy², Matheus Soares Cruz³ and Massimo Di Felice⁴

Abstract

This article intends to carry out an initial analysis of the role played by digital platforms in confronting Covid-19 in peripheral communities in Brazil in a context of disputes over narratives and the absence of coordinated government actions and guidelines. From the discussion on “net-activism” and platformization, we sought to understand how the platforms, integrated with the existing pre-pandemic infrastructures, acted on the emergence of self-organized collective mobilizations to address the impacts and challenges related to the new coronavirus, enabling the constitution of forms of participation and activism with the collaboration between human and non-human entities as an alternative to government actions. The research focused on the case study of two ecosystems formed by civil society in the cities of São Paulo and Rio de Janeiro (first cities in the country to register cases of the virus infection): the campaign “Maré diz NÃO ao Coronavírus”, initiative of Redes da Maré, in Rio de Janeiro, and the articulations of the São Paulo communities of Paraisópolis and Heliópolis. The analyzes occurred in the months of April and June of 2020, through access to the platforms and public content of each initiative and the cross-referencing of secondary data, such as advertising and communication materials, the social network of each platform and news stories of each initiative. Thereby, we identified that these experiences were able to developed works in fronts such as monitoring the rate of infection and isolation of the population, the creation of fundraisers and distribution of food, dissemination of information about Covid-19, among others, with the collaboration of digital platforms and technologies.

Keywords

Net-activism; Plataformization; Digital Platforms; Covid-19; Community Action.

¹ Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Pesquisador do Centro Internacional de Pesquisa Atopos/USP. E-mail: bmferreira.researcher@gmail.com.

² Doutoranda em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Pesquisadora do Centro Internacional de Pesquisa Atopos/USP. E-mail: ritanardy@gmail.com.

³ Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Pesquisador integrante do Centro Internacional de Pesquisa Atopos/USP. E-mail: mthsoares1993@gmail.com.

⁴ Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Professor livre-docente da ECA/USP. Coordenador do Centro Internacional de Pesquisa Atopos/USP. E-mail: massimo@usp.br.

Introdução

Oficialmente, desde fevereiro de 2020 [1], o Brasil convive com o que André Lemos chamou de “vírus-rede” [2], um “fenômeno coletivo” formado não apenas pelo nível biológico do vírus, mas também pelo entrelaçamento de múltiplas instâncias e agenciamentos políticos, científicos e informativos. Sendo assim, a micropartícula viral da Covid-19 existe para além das estruturas lipoprotéicas que a formam e pelas pessoas infectadas, sendo constituída também pelos procedimentos científicos que a mapeiam e disponibilizam o seu código genético, pelas ações políticas que buscam contê-la e pelo volume de informações produzidas nas redes digitais.

No Brasil, o novo coronavírus expôs uma densa e complexa rede formada por ações científicas, novos arranjos institucionais e grupos organizados para enfrentar e adaptar a vida ao novo contexto, debates polarizados — em torno da adoção ou não das orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e até mesmo das vacinas — e por medidas governamentais questionáveis, consideradas pela imprensa, por ONGs e por órgãos públicos como ineficazes contra o avanço do vírus [3] (tal como apresentado pelo relatório da ONG *Human Rights Watch* 2021 [4]). Até janeiro de 2021, o país ocupava o terceiro lugar entre aqueles com maior número de casos da doença no mundo, de acordo com dados da OMS.

Além disso, à medida que o vírus se disseminou nas grandes cidades, foi-se identificando um maior número de óbitos nas periferias e favelas [5], já marcadas por problemas de infraestrutura, o que, segundo pesquisadores de diversos âmbitos, faz da população periférica, negra e de classes sociais mais baixas, a mais suscetível à morte e à negligência do poder público durante a pandemia (MOTTA; FELTRAN, 2020; MACEDO *et al.*, 2020).

Em meio a esse contexto, mobilizações partindo da sociedade civil (algumas delas em conjunto com universidades e órgãos públicos) manifestaram-se com o objetivo de auxiliar, principalmente as comunidades periféricas, no combate ao coronavírus. Aproveitando-se da infraestrutura e das redes de apoio preexistentes à pandemia, estas iniciativas se organizaram por meio de e com a ajuda de plataformas digitais que serviram para informar a população sobre a situação sanitária nacional, apoiar a organização de ações comunitárias localmente e incentivar e gerenciar doações destinadas às localidades de maior vulnerabilidade.

Frente a tal situação, o presente trabalho visa refletir sobre o papel desempenhado pelas plataformas e tecnologias digitais nas mobilizações coletivas que emergiram com a Covid-19 nas duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, portas de entrada da doença e primeiros epicentros da pandemia no Brasil. Por meio de uma análise sobre net-ativismo (DI FELICE, 2009; 2017) e o processo de plataformização (VAN DIJCK; POELL; WAAL, 2018), buscamos descrever como essas arquiteturas configuraram, juntamente com as infraestruturas já existentes, formas

colaborativas de participação e de ação social, envolvendo entidades humanas e não-humanas de maneira a oferecer alternativas às ações estatais no combate à pandemia, exprimindo-se em uma condição associativa não mais on ou off-line, mas sim híbrida.

Para isso, realizamos um estudo de caso de dois ecossistemas formados a partir de iniciativas da sociedade civil que, apoiadas em plataformas digitais e em infraestruturas organizacionais pré-pandêmicas, atuaram em prol de comunidades periféricas no enfrentamento da Covid-19: a campanha “Maré diz NÃO ao Coronavírus”, iniciativa da Redes da Maré, no Rio de Janeiro, e a articulação das comunidades paulistanas de Paraisópolis e Heliópolis. A observação e a análise ocorreram no período entre março e junho de 2020, meses iniciais da pandemia, quando as mobilizações para o enfrentamento da doença eram mais pujantes.

Com acesso às plataformas públicas de cada experiência e a sistematização de dados secundários, como notícias e relatos pessoais sobre cada uma das iniciativas, observamos a emergência de novos arranjos nos ecossistemas estudados, gestados a partir da chegada do elemento ecológico exógeno, o vírus, que induziu a reconfiguração das estruturas locais e de suas redes digitais. Os arranjos tiveram como objetivo responder aos desafios socioambientais e econômicos, individuais e coletivos, potencializados pela chegada do vírus, em ambientes já carentes da presença do estado, permitindo a auto-organização e o protagonismo dessas comunidades.

As iniciativas analisadas atuam em frentes, tais como: organização da comunidade em grupos de trabalho, monitoramento da disseminação da doença e o isolamento da população, criação de redes de arrecadação e distribuição de alimentos, disseminação de informações sobre a Covid-19, entre outras. Por meio de sua atuação acabam por preencher lacunas deixadas pela ausência de ações políticas e de um planejamento claro e propositivo por parte dos poderes públicos para efetivamente responder aos desafios críticos relacionados aos efeitos da pandemia no país.

A pandemia de Covid-19 no Brasil e as batalhas de narrativas

No artigo *Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno*, Latour *et al.* (2014), frente às emergências climáticas e crises ambientais, analisam que vivemos, no referido período, uma “guerra” de conceitos e de visões de mundo. Nesse embate, diferentes entendimentos sobre o que são ciência e política se enfrentam na construção dessas visões, não sendo mais possível acomodá-las sem antes discutir e compreender esses conceitos “[...] Há de certo uma guerra pela definição e controle da Terra: uma guerra que coloca uns contra os outros — para ser um pouco dramático —, Humanos que vivem no Holoceno e os Terranos que vivem no Antropoceno” (LATOURET *et al.*, 2014, p. 23) [6].

Os autores propõem, então, rever essa relação, em um movimento de recomposição do binômio “ciência e política”, buscando ressignificar o entendimento

de ambas. A partir desse movimento (característico de um tempo no qual sejamos todos Terranos), vislumbramos a possibilidade de questionar os riscos e enganos da relação opositiva entre ciência e política.

Não há conflito entre a ciência e a política, mas há conflito entre duas epistemologias políticas radicalmente opostas, cada uma com sua própria definição do que vem a ser ciência e política, e de como ambas poderiam colaborar uma com a outra (LATOURET *et al.*, 2014, p. 19).

Nesse embate, que acontece num parlamento [7] ampliado e potencializado pelo habitar em redes complexas, que incluem um viver híbrido (digital, cultural, biológico e ecológico), a incerteza, inerente à ciência quando esta propõe a investigação e o questionamento como base da sua razão de ser, torna-se o centro do questionamento da sua própria relevância e confiabilidade, justamente nos momentos em que a ciência seria mais necessária. No Brasil, a evolução e os desdobramentos da pandemia de Covid-19 parecem refletir, analogamente, o cenário descrito por Latour *et al.* (2014), mas tendo a crise sanitária como estopim do embate e da desinformação resultante da contraposição entre diferentes “ciências” e “políticas”.

Para além das dificuldades oriundas da inépcia governamental no enfrentamento da pandemia, como a falta de testagem em massa para acompanhar a disseminação do vírus; o alto índice de subnotificação do número de casos; os investimentos em tratamentos sem comprovação científica de eficácia; a má distribuição do auxílio emergencial para os grupos mais vulneráveis; o negacionismo e a subestimação constantes da gravidade da pandemia por membros do alto escalão do governo com o intuito de promover uma retomada acelerada da economia; o conflito de narrativas gerado entre estes e os cientistas; a politização do processo de fabricação, compra e distribuição das vacinas, entre tantas outras circunstâncias; a conjuntura emergencial causada pela Covid-19 evidenciou também as situações de desigualdade social e tecnológica que marcam o país.

De acordo com o relatório do TIC Domicílios 2019 (2020), apenas 71% dos domicílios no Brasil possuem acesso à internet. Nas classes D e E, esse valor não ultrapassa 50%. Ou seja, não apenas um quarto da população não possui acesso à internet, como esse número concentra-se entre aqueles que mais precisam do auxílio estatal neste momento. Ainda de acordo com o mesmo relatório, na zona rural e nas classes mais humildes, o acesso se dá quase que exclusivamente por celular, com conexões frequentemente de baixa qualidade e sobrecarregadas [8], o que torna impraticável o acesso à educação (EaD), a alternativas econômicas (seja o auxílio emergencial ou a venda de produtos on-line) e de cultura e lazer (filmes, séries e *lives* de artistas) em um período de necessário isolamento físico.

Se as regiões periféricas do país já sofrem com o descaso e a negligência estatais, sendo, muitas vezes, território de domínio do tráfico ou das milícias, com a

crise política, econômica e sanitária, esse descaso se aprofundou. A falta de recursos mínimos para higienização (como água encanada e sabão), de máscaras e álcool gel, alimentos e acesso à informação, deixou as populações dessas localidades em situação de risco ainda maior.

Diante desse contexto, marcado pela falta de uma diretriz governamental estratégica, comunicada com clareza para todo o país e pela desinformação crescente sobre o tema, iniciativas em redes, a partir da sociedade civil, passaram a se organizar e a constituir um mosaico de mobilizações para o enfrentamento da pandemia e das incertezas associadas a ela. Gestadas a partir de ecossistemas e coletivos de caráter comunitário e local, muitas vezes, já organizados, essas redes foram responsáveis por conectar pessoas da própria comunidade, como também outros cidadãos de bairros e cidades diferentes, por meio de plataformas e tecnologias digitais. As mobilizações foram responsáveis por digitalizar o território, construindo mapas interativos de níveis locais e nacionais, além de informar a população sobre a situação sanitária do país e incentivar e gerenciar as doações destinadas às comunidades de maior vulnerabilidade.

Plataformas digitais, o fenômeno da plataformização e as novas formas de ação em rede

Apesar de, num primeiro momento, por um impulso instrumental, sermos impelidos a abordar as plataformas pelos seus aspectos computacionais (TIWANA, 2014) ou mercadológicos (PARKER; VAN ALSTYNE; CHOUDARY, 2016), trazemos uma perspectiva mais ampla e complexa, com o intuito de expandir e aprofundar a discussão. As plataformas digitais emergiram na virada dos anos 2000, em consequência de um processo de digitalização que atravessou nosso cotidiano com códigos, sensores e algoritmos (engendrando campos como o *machine learning*, a inteligência artificial e a internet das coisas), operando transformações qualitativas na topologia social, permeando suas estruturas e fazendo emergir novas possibilidades de interação.

Segundo Van Dijck, Poell e De Waal (2018) as plataformas (infraestruturais e setoriais [9]) estão, gradativamente, convergindo com as, até então off-line, instituições (públicas ou privadas) responsáveis pela configuração social, forçando uma readequação das estruturas democráticas e legais. Esse processo foi denominado pelos autores de “plataformização” e é responsável pela criação de uma nova forma de organização societária que desafia as definições clássicas de cada setor.

O nome do livro *Platform Society* (Sociedade da Plataforma [10]) se refere ao caráter onipresente e percuciente dessas arquiteturas que não representam uma estrutura paralela que reflete a sociedade — ou seja, uma realidade outra, virtual, que mimetiza as estruturas sociais “concretas” —, mas estão, justamente, produzindo as novas estruturas em que vivemos, colocando em confronto direto benefícios privados

e coletivos, ganhos corporativos e interesses públicos. Por isso, a indicação de não estudá-las isoladamente, apartadas do social e do político, mas em comunhão com camadas interdependentes de uma infraestrutura global em desenvolvimento desde a virada do século passado (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018). Indo além, Di Felice (2009) compreende essas arquiteturas informativas como formas comunicativas do habitar: ambientes caracterizados por uma forma comunicativa reticular e interativa, tal como ecossistemas, nos quais mais do que a mera transmissão de informações, cria-se uma específica condição habitativa, na qual os membros, humanos e não-humanos, passam a associar-se em dinâmicas interdependentes. Assim, para analisar essas novas estruturas sociais, pode ser interessante considerar um outro entendimento sobre o significado da presença humana no ecossistema ou na Terra e, por consequência, do próprio significado do social — o que ele compreende e quem o integra —, assim como proposto por autores como Latour (2012), Serres (1991) e Krenak (2019; 2020).

As dinâmicas colaborativas e interdependentes entre humanos, dispositivos, bancos de dados, territórios, natureza, etc. são chamadas por Di Felice (2017) de “net-ativismo” e são caracterizadas por configurações descentralizadas que proporcionam um poder comunicacional global a realidades locais e um agir em rede “não mais expressão da atividade de um único sujeito-ator, nem consequência de um tipo de movimento de um ator em direção ao externo” (DI FELICE, 2017, p. 195). O que se configura, então, são formas de participação que emergem na rede e por meio dela e que não são mais consequências de um agir de um indivíduo, totalmente dono e consciente dos seus atos, mas o resultado da colaboração e da interdependência de uma multiplicidade de entidades humanas e não-humanas (aqui incluída a arquitetura técnica) — todos imersos num contexto complexo, sem forma definida, cujas dinâmicas são espontâneas e impossíveis de serem apreendidas na sua totalidade e observadas de uma perspectiva frontal e externa. Desse modo, as experiências net-ativistas significam novas configurações de participação em ecossistemas cujas conexões não se limitam aos humanos, estendendo-se a qualquer entidade capaz de produzir informação, influenciando, assim, o desenrolar dos processos.

Segundo Accoto (2017), por exemplo, os códigos e algoritmos que constituem as plataformas não funcionam como meras ferramentas que facilitam a interação on-line, mas como tecnologias performativas e orientadas a projetar o futuro. Dito de outra forma, a princípio o código não é utilizado unicamente para gravar ou armazenar informações, mas orienta uma dupla ação (do código para a máquina e da máquina para o mundo). O código, portanto, não é concebido em termos do que aconteceu (como nas narrativas literárias, televisivas e cinematográficas), mas para produzir o que está prestes a acontecer. Enquanto isso, algoritmos coletam, analisam, agrupam e transmitem informações segundo um sistema lógico e logístico próprio, ligado ao modelo de negócios das operadoras das plataformas que moldam como a

sociedade se organiza.

Nesse sentido, os autores Van Dijck, Poell e De Waal (2018), defendem uma arquitetura da sociedade da plataforma mais direcionada para valores públicos e interesses coletivos do que a vigente econometria neoliberal dos interesses corporativos. Por meio da interoperabilidade de três grupos de atores: o mercado (consumidores, microempreendedores, empresas e corporações globais), os atores estatais (instituições públicas, governos locais, nacionais e supranacionais) e a sociedade civil (cidadãos, cooperativas, coletivos e organizações não governamentais), cada qual com sua contribuição específica, seria possível reconfigurar os mecanismos de dataficação, comoditização e seleção, que constituem as plataformas, para uma orientação mais alinhada com valores como segurança, privacidade, transparência e fiabilidade dos dados. Além, é claro, de realizar um debate mais amplo e público sobre controle democrático dos fluxos de dados coletivos; sobre a qualidade, acessibilidade e clareza dos processos orientados por esses dados; e como valores como igualdade, inclusão e tratamento justo devem nortear as decisões automatizadas de algoritmos que são, na configuração vigente, obscurecidos do escrutínio público, eximindo as operadoras de plataformas das devidas responsabilizações e dos princípios de *accountability* [11].

A crise sanitária causada pelo vírus *Sars-Cov-2* trouxe à superfície discussões (locais e globais) muito pertinentes que tangenciam a arquitetura vigente da sociedade da plataforma. Por um lado, o ecossistema das tecnologias e plataformas digitais possibilita uma nova forma comunicativa do habitar, com um modo próprio de ativismo, auxiliando no monitoramento do isolamento físico e o controle de contágio, contribuindo para a disseminação e troca de informações úteis sobre cuidados e riscos no combate à pandemia. Também propicia uma nova forma de sociabilidade (acesso à educação, cultura e lazer) em tempos de isolamento físico, ampliada para além dos limites locais. Por outro, levanta questões concernentes à segurança e privacidade, compartilhamento indevido de dados e vigilância estatal [12] (KUMMITHA, 2020), possibilita a propagação de desinformação, “crendices” e *fake news* [13] (ZAROCOSTAS, 2020) e evidencia, especialmente no contexto brasileiro, a discrepância de possibilidades e qualidades de acessos a essa megaestrutura informativa da sociedade da plataforma [14].

Estudos de caso

A evolução da pandemia no Brasil, como observada a partir da repercussão midiática no período estudado — que inclui as notícias; análises de especialistas, ONGs, políticos, jornalistas, cientistas; relatórios e posicionamentos críticos internacionais e nacionais; dados de internações e mortes causadas pela doença, da ocupação e a disponibilidade de serviços de saúde, dentre outros fatores; todos esses

elementos serviram de base para análise dos fatos enquanto esses aconteciam —, indica o desequilíbrio do tripé mercado, estado e sociedade civil, defendido por Van Dijck, Poell e De Waal (2018) na relação da composição das estruturas híbridas que constitui a arquitetura da sociedade das plataformas nesse contexto.

A ineficácia da atuação, a desinformação e por outras vezes a omissão por parte dos atores estatais (especialmente no âmbito nacional), abriu uma lacuna que atores de mercado e, marcadamente da sociedade civil, acabaram por ocupar na promoção do enfrentamento do vírus, seja no fluxo de informações e dados, quanto na busca por alternativas para gerar condições básicas de subsistência à população. Os casos analisados representam exemplos de proposições de busca por soluções colaborativas que emergiram em redes comunitárias já constituídas, amplificadas/potencializadas no contexto da pandemia. Buscamos mostrar a interoperabilidade existente entre atores da sociedade civil, do mercado e estatais, evidenciando as necessidades (e possibilidades) de mobilização dessas esferas na ausência de uma ou de outra, e que se realiza tendo o elemento digital como participante integrador do ecossistema que emerge no novo cenário.

Redes da Maré, Paraisópolis e Heliópolis

As movimentações para a organização das campanhas de ajuda humanitária tiveram início nas cidades de São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), locais que registraram os primeiros casos de contaminação e morte pela Covid-19 no Brasil. Nas periferias, associações comunitárias, ONGs e projetos sociais ganharam protagonismo e potencializaram sua atuação diante da pandemia e do cenário de isolamento físico, explorando os efeitos de rede das plataformas digitais para amplificar as redes sociotécnicas já constituídas: por meio de aplicações (WhatsApp e Messenger), redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter), plataformas audiovisuais (Youtube, Spotify e Deezer) e de *crowdfunding* (Benfeitoria e Catarse), além das páginas dos próprios movimentos, foram capazes de expandir e amplificar as conexões dos ecossistemas existentes ou criar novas, tanto nas comunidades de origem quanto na rede ampliada de apoio da sociedade civil.

A campanha “Maré diz NÃO ao Coronavírus” é uma iniciativa da Redes da Maré — instituição da sociedade civil atuante no complexo de 16 favelas da Maré, no Rio de Janeiro (RJ), que produz conhecimento e elabora projetos e ações de garantia de políticas públicas que impactam a vida de cerca de 140 mil moradores [15]. Iniciada em março de 2020, a campanha é viabilizada por uma rede de parceiros, instituições e pessoas físicas. Segue o método de trabalho da própria ONG que foi organizada em seis frentes ligadas à história de atuação da mesma nas comunidades: segurança alimentar; atendimento à população em situação de rua; geração de renda para mulheres; cuidados e prevenção da saúde; produção e difusão de informação e

conteúdos seguros; e apoio a artistas e grupos culturais locais [16].

A partir da campanha e da própria instituição, observou-se a formação de um ecossistema complexo composto por vírus, moradores, líderes comunitários, instituições públicas e privadas, do mercado e da sociedade civil, todos interligados de algum modo por plataformas diversas (de redes sociais, *crowdfunding* [17], notícias, audiovisuais etc.) e, conseqüentemente, atravessados por dados, sensores, algoritmos e aparatos tecnológicos de informação e comunicação criando um fluxo informativo próprio e vivo. O projeto “De olho no Corona”, por exemplo, é um canal on-line (com cadastro por WhatsApp) que presta assistência sociojurídica e de saúde, orientando moradores sobre o acesso a serviços e direitos, como o auxílio emergencial, e fazendo o monitoramento dos casos nas comunidades da Maré e apoiando serviços de saúde no território [18]. Por meio deste projeto cria-se um banco de dados informativo sobre a comunidade que não apenas auxilia na execução das frentes de trabalho da própria organização, mas também possibilita o estabelecimento de um diálogo com o poder público, por meio de um boletim semanal contendo as demandas das unidades de saúde, buscando construir coletivamente, soluções para melhoria nas condições de atendimento, subsidiar o planejamento de medidas de prevenção e controle da pandemia e outras dificuldades vivenciadas pela população da Maré.

Similarmente, em São Paulo, movimentos foram criados nos ecossistemas constituídos das favelas e comunidades periféricas em situação de risco social [19] que, de acordo com dados da prefeitura [20], somam mais de 1,7 mil favelas com mais de 390 mil domicílios. Paraisópolis e Heliópolis, as duas maiores da cidade (ambas com mais de 100 mil habitantes), iniciaram as articulações por meio de suas lideranças locais, a União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis (UMCP) [21] e a União de Núcleos, Associação de Moradores de Heliópolis e Região (Unas) [22], organizando os membros das comunidades entre si, produzindo e disseminando informações e esclarecendo aos moradores sobre os sintomas e riscos da Covid-19, sobre onde buscar auxílio em caso de suspeita e cobrando ações dos governos locais, estabelecendo parcerias para a arrecadação de recursos (financeiro, alimentação, kits de saúde e higiene, até mesmo água corrente [23]).

A UMCP, na ausência de uma resposta governamental, convocou moradores e organizou-os em equipes para fazer o monitoramento, assistência e distribuição de recursos das famílias da comunidade; contratou ambulâncias e profissionais da saúde (médicos, enfermeiros e socorristas) em plantão 24 horas; treinou e formou moradores para a realização de pré-atendimentos na comunidade; criou espaços de acolhimento em escolas para a eventual necessidade de isolamento de doentes; organizou costureiras e trabalhadores autônomos para a confecção de máscaras caseiras [24] para serem distribuídas para a população local; e desenvolveu programas como o “Adote uma diarista” [25] com o intuito de prestar assistência (com cestas básicas e kits de higiene) e renda para essas profissionais, além de programas de

estímulo à economia local.

A Unas [26], para além das mobilizações e articulações semelhantes às supracitadas, por meio do “Observatório Heliópolis – De Olho Na Quebrada” – projeto que já realiza coletas de dados e pesquisas quantitativas e qualitativas sobre temas de cidadania na comunidade (saúde, educação, cultura, lazer, serviços, entre outros) –, no contexto da pandemia, realizou pesquisas por meio de formulário on-line para mapear os casos suspeitos e confirmados, assim como óbitos relacionados à Covid-19. O levantamento pretende contribuir para o planejamento de ações da associação frente a pandemia, além de fornecer informações para subsidiar políticas públicas específicas para o enfrentamento da doença em favelas, tanto no Brasil quanto em localidades que tenham as mesmas características e desafios [27].

É possível dimensionar o desafio que se enfrenta para conter a disseminação da Covid-19 nas comunidades periféricas e favelas brasileiras, quando observamos que, de acordo com dados coletados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e consolidados pelo Instituto Trata Brasil, 16,38% da população brasileira não tem acesso ao abastecimento de água (quase 35 milhões de pessoas) e 46,85% não dispõem da cobertura da coleta de esgoto – mais de 100 milhões de pessoas (OLIVEIRA; SCAZUFCA; MARGULIES, 2020). O combate ao avanço da nova doença, mesmo diante da chegada de vacinas específicas, inclui a limpeza e higienização pessoal, de alimentos e de ambientes, ações que se tornam muito mais difíceis de serem realizadas na ausência de um sistema de água e saneamento básicos universais.

Diante das profundas perturbações e alterações causadas pela chegada da pandemia, tais exemplos mostram a potência dos ecossistemas articulados em redes, que formam estruturas sociais complexas, nas quais plataformas digitais são elementos integradores. Não se trata, no entanto, de advogar que tais arranjos em rede possam ou devam substituir a presença ou a atuação de agentes estatais que, pelo contrário, poderiam com aqueles somar conexões, ampliando a resiliência do conjunto. São justamente nas lacunas e nas ausências, tanto crônicas quanto agudas, que esses ecossistemas articulados têm mostrado, porém, a capacidade de tecer uma teia de relações apta a resistir e promover impactos significativos.

Considerações Finais

A pandemia causada pelo novo coronavírus representa um enorme desafio global, que se expressa em um modelo de relações complexas. No ecossistema que inclui o vírus interagem não apenas o nível biológico, mas múltiplas instâncias e agências políticas, científicas, informativas, tecnológicas que se influenciam e impactam mutuamente. No Brasil, a pandemia encontrou um campo de relações sociopolíticas e econômicas já em crise, além de deficiências históricas em diversas facetas da organização social e de infraestrutura básica. O cenário é particularmente

grave nas comunidades periféricas e em risco social, espalhadas por todo país — das favelas urbanas às aldeias e comunidades tradicionais.

Os ecossistemas descritos no presente artigo têm como característica em comum a onipresença percuciente de plataformas e tecnologias digitais, responsáveis não só por modos inéditos de se compreender e atuar frente a uma crise ecossistêmica, como também por amplificar os laços e as infraestruturas físicas locais. Nesse contexto de necessário isolamento físico e de desinformação sobre as estratégias públicas de enfrentamento à crise, essas tecnologias ampliaram o alcance de mobilizações, facilitaram a estruturação e organização de campanhas e iniciativas coletivas e colaborativas emergentes.

A força da rede local de relações e de infraestruturas já estabelecidas, seja na figura de seus líderes comunitários, da atuação de moradores locais e voluntários e de pesquisadores, combinadas com as potencialidades dos efeitos de rede das plataformas e tecnologias digitais, permitiu a auto-organização e o protagonismo dessas comunidades. Isso pode ser visto, por exemplo, no surgimento rápido de respostas, pelo menos parciais, a algumas necessidades imediatas: alimento, equipamentos de proteção e limpeza, geração de renda e elaboração de materiais de comunicação e disponibilização de informação, adequados às diferentes necessidades, condições e públicos. O que vimos, dessa forma, foram ecossistemas complexos formados pela diversidade de entidades, característica das ações net-ativistas, cujos fluxos informativos borram os limites do on e off-line, criando uma condição habitativa incompatível com o significado tradicional do social, limitado apenas aos atores humanos.

Tais ecossistemas, no entanto, não substituem a necessidade de ações e diretrizes estratégicas e coordenadas pelo Estado para enfrentar a crise atual, bem como para mudar o cenário de ausências (sociais, de segurança, educacionais, ambientais, econômicas etc.) pré-pandêmicas. Pelo contrário, como nos mostra Van Dijck, Poell e De Waal (2018), as estruturas estatais, assim como da sociedade civil e do mercado, possuem uma atuação fundamental na sociedade da plataforma vigente, e naquela que se pretende construir, especialmente pela garantia e manutenção de valores públicos e do bem comum. A chegada da Covid-19 reforçou ainda mais a necessidade de abordar com transparência tais ausências históricas, não apenas para garantir a efetiva realização dos direitos e a qualidade de vida das pessoas e seus ecossistemas, mas também para ver ampliada a resiliência das comunidades periféricas e de todo o conjunto do país.

As análises iniciais dos exemplos estudados representam um primeiro esforço de investigação sobre o tema, enquanto tal processo ainda se desenrola e é por nós vivenciado. Pretende-se, portanto, continuar a estudar o desenvolvimento dos fenômenos, suas implicações e conexões, tanto aprofundando as análises e estudos de caso, quanto realizando um mapeamento mais amplo de iniciativas. A pandemia

reconfigurou redes já formadas, gerou novos arranjos e expôs problemáticas que dificilmente poderão continuar ignoradas. O que podemos vislumbrar e concluir, nesse momento, é apenas a existência de um longo caminho de recuperação, tanto envolvendo aspectos sanitários, econômicos e sociais, mas também pessoais e psicológicos, além de um percurso necessário de análises, pesquisas e mudanças.

Notas

[1] Disponível em: <<https://bityli.com/wArkYd>>. Acesso em: 6 jul. 2022.

[2] A ideia de “vírus-rede” de Lemos foi formulada a partir do conceito de *virus assemblage* do sociólogo Nick Fox (2020). Disponível em: <<http://glo.bo/3xW732L>>. Acesso em: 1 mar. 2021.

[3] Disponível em: <<http://glo.bo/3A6lCDq>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

[4] No Relatório Mundial de 2021, a organização internacional *Human Rights Watch* aponta que o presidente Jair Bolsonaro “minimizou a Covid-19, a qual chamou de ‘gripezinha’, recusou-se a adotar medidas para proteger a si mesmo e as pessoas ao seu redor; disseminou informações equivocadas; e tentou impedir os governos estaduais de imporem medidas de distanciamento social” (HUMANS RIGHT WATCH, 2021, [s.p]). Disponível em: <<https://bit.ly/3nloQbE>>. Acesso em: 13 jan. 2021. O relatório completo está disponível em: <<https://bit.ly/3QOcyw>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

[5] Disponível em: <<http://glo.bo/3yjZZOW>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

[6] No texto os autores discutem diferentes perspectivas para a relação da humanidade com a natureza (natureza esta que integramos, como parte do ecossistema), a partir do conceito de Antropoceno. Na abordagem, assim como emerge uma nova era, marcada pela capacidade humana como espécie de interferir em aspectos ambientais, climáticos, ecológicos — a passagem do Holoceno para o Antropoceno —, também emerge um novo jeito de “ser humano”, que os autores identificam como o ser “Terrano”. Esses seriam aqueles que se percebem em uma nova forma de relação com o mundo que habitamos. Mesmo que o novo conceito do Antropoceno apresente certas “ciladas”, como apontam os pesquisadores, a reflexão se faz necessária e o termo abre novas possibilidades de análise de valor crítico (LATOURET *et al.*, 2014).

[7] Faz-se aqui referência a ideia do “parlamento das coisas”, como proposto por Bruno Latour, e a possibilidade de “dar voz” e “trazer a público”, como se refere o autor em “Jamais fomos Modernos”, aos não-humanos e aos “quase-objetos”, tais como o vírus, os remédios, as metodologias científicas, as políticas públicas etc., além de e por meio dos políticos, cientistas, jornalistas, especialistas, líderes comunitários, pessoas nas redes sociais, dentre outros (LATOURET, 2013).

[8] Sobre a baixa qualidade da conexão nas periferias urbanas e áreas rurais, ler reportagem disponível em: <<https://bit.ly/39X6n5d>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

[9] No livro *Platform Society*, os autores categorizam as plataformas em infraestruturais, se referindo às conhecidas *big techs* (Google, Apple, Amazon, Microsoft, Facebook, IBM, Tencent, Baidu e Alibaba) que funcionam como *gatekeepers* da internet, fornecendo ferramentas e serviços de gerenciamento, processamento, armazenamento e canalização que estruturam o fluxo informativo global e as setoriais, assim chamadas por atuarem em nichos específicos como transporte, saúde, notícia e educação (VAN DIJCK *et al.*, 2018).

[10] Apesar do livro *Platform Society* ainda não ter sido oficialmente traduzido para o português, este trabalho encontrou algumas traduções livres para o termo em sites como o *DigiLabour*,

no qual se usa a expressão “Sociedade da plataforma”. Outras traduções que acreditamos possíveis são “sociedade das plataformas” e “sociedade plataforma”, cada qual com as suas nuances semânticas. “Sociedade das plataformas” nos parece o melhor termo para descrever a onipresença percuciente das plataformas na sociedade que se configura. Disponível em: <<https://bit.ly/2xE10Bg>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

[11] *Accountability* é um termo que não possui uma tradução apropriada para o português, frequentemente sendo entendida como “responsabilização”, no sentido de prestação de contas. Aqui, para manter-se fiel ao texto dos autores, foi mantido o termo em inglês, no sentido de “boa governança”, compreendendo o respeito aos valores citados.

[12] Não apenas por ser o marco zero da epidemia, mas também pela fama do seu aparato tecnológico de vigilância, a China é um dos polos principais desse debate. Algumas notícias sobre o tema foram publicadas nos seguintes veículos listados a seguir: *Aljazeera*. Disponível em: <<https://bit.ly/3OLRvoT>>. Acesso em: 15 jun. 2020; *Financial Times*. Disponível em: <<https://on.ft.com/3xTCrih>>. Acesso em: 15 jun. 2020; *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<https://bit.ly/3OqUG5V>>. Acesso em: 15 jun. 2020; e *Agência Brasil*. Disponível em: <<https://bit.ly/3xZjAlW>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

[13] Notícias sobre essa temática puderam ser encontradas em veículos como os listados a seguir: *The Washington Post*. Disponível em: <<https://wapo.st/3A8glLU>>. Acesso em: 15 jun. 2020; *Revista Piauí*. Disponível em: <<https://bit.ly/3QNOLD3>>. Acesso em: 15 jun. 2020; *Uol*. Disponível em: <<https://bit.ly/3xTDNK5>>. Acesso em: 15 jun. 2020; *Agência Pública*. Disponível em: <<https://bit.ly/3ymwuMc>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

[14] Notícias relacionadas a esta temática puderam ser encontradas em veículos como os listados a seguir: *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<https://bit.ly/3bwDJZa>>, acesso em: 16 jun. 2020; *Revista Época*. Disponível em: <<http://glo.bo/3OHqbbn>>, acesso em: 16 jun. 2020; *Uol*. Disponível em: <<https://bit.ly/3a2pY3Q>>, acesso em: 16 jun. 2020.

[15] Informação extraída do site da instituição. Disponível em: <<https://bit.ly/3OqNPcE>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

[16] Informação extraída do site da instituição. Disponível em: <<https://bit.ly/3nqsbJr>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

[17] Disponível em: <<https://bit.ly/3QNS6IF>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

[18] Disponível em: <<https://bit.ly/3OKcnNr>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

[19] Dados publicado pela *Agência Brasil*. Disponível em: <<https://bit.ly/3bpoDVb>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

[20] Dados publicados no site. Disponível em: <<https://bit.ly/3HVgVii>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

[21] Disponível em: <<https://bit.ly/3QJT34R>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

[22] Disponível em: <<https://bit.ly/3ynqFhB>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

[23] Notícias encontradas sobre o tema nos veículos listados a seguir: *Uol*. Disponível em: <<https://bit.ly/3A7zive>>. Acesso em: 28 jun. 2020; e *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<https://bit.ly/3Oollec>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

[24] A produção de máscaras de pano para venda e distribuição tem sido um modelo de geração de renda para ecossistemas marginais ou em situação de risco social, durante a pandemia, no Brasil. Outro exemplo digno de nota é a organização de refugiados e migrantes articulada pelo projeto *Deslocamento criativo*, que teve a rede Instagram (<<https://bit.ly/3NtIMXn>>) como plataforma de disseminação, além do Facebook (<<https://bit.ly/3OLYDBE>>) e do WhatsApp. Acesso em: 28 jun. 2020.

[25] Disponível em: <<https://bit.ly/3NqzThg>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

[26] Informações sobre ações realizadas extraídas do site. Disponível em: <<https://bit.ly/3ynqFhB>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

[27] Dados até 15 de maio de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3nCZSYJ>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

Referências

ACCOTO, C. **In data time and tide: a surprising philosophical guide to our programmable future**. Milão: Bocconi University Press, 2018.

DI FELICE, M. **Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar**. São Paulo: Annablume, 2009.

DI FELICE, M. **Net-ativismo: da ação social para o ato conectivo**. São Paulo: Paulus Editora, 2017.

FOX, N. Money, markets and trade caused coronavirus pandemic. **Sociology lens**, [S.l.], On-line, 2020. Disponível em: <<https://www.sociologylens.net/topics/political-economic-sociology/money-markets-trade-caused-coronavirus-pandemic/29787>>. Acesso em: 5 mai. 2020.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Krenak, A. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KUMMITHA, R. K. R. Smart technologies for fighting pandemics: The techno-and human-driven approaches in controlling the virus transmission. **Government Information Quarterly**, v. 37, n.3, p. 1-11, 2020. DOI: <<https://doi.org/10.1016/j.giq.2020.101481>>.

LATOUR, B.; SZTUTMAN, R.; POUGY, H.; PINHEIRO, J.; MARRAS, S. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista de Antropologia**, v. 57, n. 1, p. 11-31, 2014. DOI: <<https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2014.87702>>.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 2013.

MACEDO, Y.; ORNELLAS, J.; BONFIM, H. Covid-19 no Brasil: o que se espera para população subalternizada? **Revista Encantar**, v. 2, p. 1-10, 2020. DOI: <<http://dx.doi.org/10.5935/encantar.v2.0001>>.

MOTTA, L; FELTRAN, G. Fazer morrer e deixar morrer: efeitos do Covid-19 nas periferias urbanas. **Contemporânea**, v. 10, n. 1, p. 427-433, 2020. Disponível em: <<https://>

www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/937>. Acesso em: 28 jun. 2020.

OLIVEIRA, G.; SCAZUFCA, P.; MARGULIES, B. N. **Ranking do saneamento 2020**. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2020. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking_2020/Relatorio__Ranking_2020_18.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

PARKER, G.; VAN ALSTYNE, M.; CHOUDARY, S. **Platform revolution**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2016.

SERRES, M. **O contrato natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

TIC DOMICÍLIOS. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020.

TIWANA, A. **Platform ecosystem: aligning architecture, governance, and strategy**. Waltham: Morgan Kaufman, 2014.

ZAROCOSTAS, J. How to fight an infodemic. **The Lancet**, v. 395, n. 10225, p. 676, 2020. DOI: <[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30461-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30461-X)>.